

URBANISMO HIGIENISTA - A DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO BAIRRO DO RECIFE NO INÍCIO DOS ANOS 1900

Êmerson Silva Nicodemos Júnior¹

Jesana Batista Pereira²

Arquitetura e Urbanismo



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

O bairro do Recife surgiu no istmo (atual ilha) como vila ainda no século XVI, sendo habitado pelos trabalhadores do porto que nele estava localizado. Ao longo dos anos, passou por inúmeras transformações. Incontáveis aterros fizeram-no expandir-se em direção ao mar e ao rio. Entretanto, foi no século XX que aconteceu a maior e mais brutal transformação, modificando completamente parte do bairro e derrubando o que ali existia para edificar do zero uma cidade moderna, aos moldes do que vinha sendo feito na Capital Federal, o Rio de Janeiro. Essa transformação, por sua vez, inspirava-se na Reforma Urbana de Paris. O presente artigo se propõe a buscar compreender a lógica da formação do antigo bairro e os motivos que levaram a Reforma Urbana que o desconfigurou. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e busca, com a utilização de descritores, de artigos no site google acadêmico. Os descritores utilizados para a busca foram Urbanismo, Reforma Urbana, Patrimônio Histórico e Arrasamento.

PALAVRAS-CHAVE

Urbanismo. Reforma Urbana. Patrimônio Histórico. Arrasamento. Destruição.

ABSTRACT

The Recife borough emerged on the isthmus (now island) as a village, still during the 16th century, being inhabited by the workers of the port which was located there. Throughout the years, the district has gone through countless transformations. Multiple embankments made it expand towards the sea and the river. However, it was during the 20th century that the biggest and most brutal transformation happened, completely modifying part of the neighborhood and tearing down what existed there to build a modern city from scratch, like what was being done at the current-time Federal Capital city, Rio de Janeiro. This transformation, in turn, was inspired by Haussmann's renovation of Paris. This article proposes a study to comprehend the logic of the old borough's formation and the motives for the Urban Renovation that misconfigured it. The methodology utilized was bibliographical research and searching, using descriptors, from articles found on the website Google Scholar. The descriptors used for the research were Urbanism, Urban Renovation, Historic Heritage and Devastation.

KEYWORDS

Urbanism. Urban Renovation. Historic Heritage. Devastation. Destruction

1 INTRODUÇÃO

O pernambucano, sobretudo o recifense, é muito conhecido pelo orgulho por sua terra e por tudo o que lhe é característico: o frevo, o passado de lutas, revoluções e resistência, seu barroco típico da chamada escola pernambucana, que expandiu as características de sua arquitetura para diversos estados. Esse orgulho muitas vezes foi tornado cômico. Em épocas de "meme", souberam, no entanto, resignificar e fazer piada: no Recife, tudo virou "o maior da América Latina"³.

Entretanto, na virada do século XIX para o século XX, o Recife passou por uma série de reformas e remodelamentos urbanos, que, pode-se dizer, foi na contramão de seu espírito ufanista. Isso porque, seguindo o modelo francês, decidiu-se remodelar o bairro do Recife, desfazendo-se daquilo que lhe era mais característico, abrindo espaço para o "moderno", para a "Belle Époque" (NEVES, 2018).

Não só ao Recife, mas a diversas cidades brasileiras, a reforma parisiense de Hausmann serviu de tipo para a expansão e a reformulação de seus centros. Era preciso esquecer, ao ponto de apagar, o passado colonial e abraçar o que era "novo", "atual" e europeu.

Remodelar as cidades embelezá-las, destituí-las de suas feições coloniais, eram, todas essas, palavras de ordem de grande

³ Domínio Popular.

aceitação e repercussão nos jornais, revistas, conversas em cafés etc. Não apenas no Rio de Janeiro. Várias outras cidades brasileiras passaram por processos semelhantes de reformas urbanas, tendo sempre a justificá-las o discurso modernizador característico. (TEIXEIRA, 1994 apud NEVES, 2018, p. 50).

“No meio do caminho” da cidade moderna tinha uma pedra⁴: a cidade colonial. E, para removê-la, somente arrasando tudo e edificando do zero. Mais do que ultrapassados, o urbanismo e a arquitetura colonial eram tidos como obstáculos para o progresso. Assunção e Dantas (2018, p. 388) avaliam que a ânsia modernizadora e reformista ignorava a “paisagem de tradições ‘curiosas’ e ‘valiosas’, para as quais as propostas de retificação implicavam apenas em destruição, não em solução.”

Corrêa (1989, p. 8) diz que o “[...] o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”. Por isso, este artigo se dedicará a estudar uma das ações que foi capaz de modificar drasticamente o espaço urbano no bairro do Recife nos princípios do século XX, buscando compreender as justificativas para tal empreendimento e as consequências para o patrimônio histórico edificado do bairro.

2 O BAIRRO DO RECIFE NO INÍCIO DO POVOAMENTO

O surgimento do bairro do Recife e, conseqüentemente, da cidade se deve à instalação da sede do Governo da Capitania de Pernambuco na Vila de Olinda. Diante da impossibilidade da implantação do porto, que era indispensável, imediatamente junto à vila, decidiu-se por implantá-lo num ancoradouro natural que ficava localizado no final de um istmo, situado entre o mar e o rio, uma lingueta de terra, que, nas palavras de Francisco de Brito Freire, possuía a largura de cinquenta passos (CAVALCANTI, 1977).

Paralelamente a tudo isso formava-se o “Povo”, que ia carregar e descarregar os barcos, ir e voltar do mar, fiscalizar ou cobrar o dízimo, matar e morrer nas suas fortalezas, ou, contritamente, rezar na ermida sob a invocação do padroeiro Santelmo. Por isso mesmo o atual bairro do Recife, inicialmente chamado de “Arrecife dos Navios”, foi por muito tempo denominado “O Povo”. (CAVALCANTI, 1977, p. 53).

Conforme se intensificava o comércio do Porto, o bairro foi crescendo e ganhando estrutura, ao ponto de ter-se tornado, no século XVI, o maior porto do então cha-

4 Alusão ao poema No meio do Caminho, de Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1928 na *Revista de Antropofagia*.

mado “Novo Mundo”. Foram construídas grandes lojas, também chamadas de “passos” e “feitorias”, para armazenar os produtos a serem comercializados. (CAVALCANTI, 1977)

Com a intensificação do comércio e a importância que o porto adquiriu, constatou-se a necessidade de protegê-lo adequadamente. Foi então que Cristóvão de Barros, então Provedor-mor da Fazenda Real do Brasil, solicitou ao Rei de Portugal a construção de fortes. Antes mesmo que o rei viesse a responder, Cristóvão de Barros ordenou a construção do Forte de São Jorge, edificado em madeira e custeado pelo dono da Capitania.

Até a data entre 1607 e 1612 os fortes continuaram a ser construídos com os abundantes materiais locais até que foi edificado em pedra o Forte da Lage, também chamado de Forte do Mar ou do Picão (CAVALCANTI, 1977).

Somente com a chegada de Matias de Albuquerque foram as edificações levadas a sério. Quando da invasão Holandesa, contava a povoação com quatro fortes, localizados numa linha norte-sul na seguinte disposição: Fortaleza de Santo Antônio dos Coqueiros, ou “Perrexil” ou “do Buraco”, que substituiu a primeira ali fundada, a de São Jorge (a velha) provavelmente nos fins da década de 70 de 1500; a da Lage, ou Picão, ou do Mar, erguida entre 1607/12, e Forte Real do Bom Jesus, depois chamado de Brum, começado por Matias de Albuquerque em 1629 e terminado pelos holandeses em 25 de junho de 1631 e o de São Jorge (novo), ou da Terra, de pouca duração, pois antes de terminar o século 17, o de sua construção, já seus alicerces serviam como base da atual igreja do Pilar. (CAVALCANTI, 1977, p. 56).

Até a chegada dos neerlandeses, o povoado, “O Povo”, ocupava uma faixa de terra de aproximadamente 30 a 60 passos, “[...] desde a Fortaleza do Buraco, passando pela do Brum, derivando um pouco para o Leste pela igreja do Pilar, seguindo em linha reta e estreita até à Praça Arthur Oscar; [...] ia terminar lá pras bandas da igreja da Madre de Deus [...]” (CAVALCANTI, 1977, p. 61). Embora utilizada como ponto de referência, a Madre de Deus só foi construída posteriormente, no final do século XVII, e concluída no início do século XVIII.

“Foi, portanto, sob a égide do comércio marítimo, que surgiu o Bairro do Porto, na atual ilha do Recife” (LUBAMBO, 1991, p. 25). “Em 1630 os holandeses desembarcaram em Pau Amarelo. Encontraram, no então denominado Império do Açúcar [...]” (SILVA, 2011, p. 11), um dos mais importantes portos do país, que detinha o monopólio do comércio do açúcar e que abastecia toda a Europa.

Quando da invasão holandesa, percebendo que não conseguiria resistir, Matias de Albuquerque ordenou que fossem incendiados os armazéns do porto. “O Povo” contava, então, com aproximadamente 130 casas. Quando finalmente os holandeses efetivaram a invasão e tomaram posse das terras, transferiram a sede do

Governo da Capitania de Olinda para o Recife. A partir daí mudou-se a configuração da ocupação do istmo, que até então era moradia quase que exclusivamente dos trabalhadores do porto. (CAVALCANTI, 1977)

Com a mudança de sede do Governo, deu-se início ao problema de alojamento. Foram construídos sótãos e sobrados em cima dos armazéns, verdadeiras pocilgas nas quais se abrigavam todo tipo de gente. Diante da necessidade de expansão e da construção de novas edificações, constatando-se a falta de material, em 1631 Olinda foi evacuada, incendiada e demolida para a obtenção de pedras (CAVALCANTI, 1977).

Até a chegada dos holandeses, as edificações eram construídas sem nenhum tipo de lógica, de planejamento ou ordenamento. Isso só veio a mudar a partir dos anos de 1630, com os holandeses. Eles fizeram as primeiras intervenções no Porto, a fim de melhor adequá-lo às intensas atividades comerciais exportadoras e produziram um plano de urbanismo para a ilha do Recife e para a ilha de Antônio Vaz, para onde planejavam expandir, construindo a Cidade Maurícia (Mauritsstadt) (CAVALCANTI, 1977).

Cavalcanti, em sua obra *Recife do Corpo Santo*, transcreveu uma fala do historiador José Antônio Gonsalves de Mello, que diz que

[...] o grande número de resoluções do governo holandês, “como as posturas dos começos do século XIX são quase todas no sentido de limitar os abusos do particular, o da casa e de fixar a importância, a dignidade, os direitos da rua”. Várias medidas foram tomadas tendentes a coibir muitos usos em desacordo com as boas práticas urbanas. (MELLO, s/d apud CAVALCANTI, 1977, p. 65).

Por meio da fala de Mello, e outros autores o farão posteriormente, pode-se notar que há uma certa convergência entre a ação urbanística dos holandeses, sobretudo sob o governo do Conde Maurício de Nassau, e a ação urbanística do engenheiro sanitário Saturnino de Brito, no século XX, cuja visão de cidade e urbanismo começarão a ser moldadas ainda no século XIX. É necessário pensar e ordenar a cidade com lógica e princípios de higiene.

“Durante aproximadamente um século, de 1536 a 1630, o desenvolvimento da cidade foi modesto [...]” (LUBAMBO, 1991, p. 25). Os engenhos cresciam com mais força. Multiplicavam-se ano a ano, crescendo também os núcleos populacionais dentro desses territórios. Essa lógica alterou-se a partir da ocupação holandesa, que tinha um caráter essencialmente urbano, com uma economia girando essencialmente em torno do Porto (LUBAMBO, 1991).

A partir da ocupação holandesa deu-se início a um crescimento populacional que a cidade não foi capaz de conter. Mesmo após a expulsão dos holandeses e a volta do domínio português, essa lógica não voltou a se alterar. A população da cidade crescia ano a ano, para contê-la, já desde a ocupação holandesa deu-se início à prática de aterros do leito dos rios, mangues e alagados.

A despeito dos sucessivos aterros, a área territorial era exígua e o caminho era subir. Os sobrados continuaram crescendo; o pastor Daniel Kidder, descrevendo a casa onde se hospedou, na Lingueta, nos dá notícias de ter ela seis andares, assim distribuídos: o 1º ou térreo era o armazém e à noite ocupavam-no os empregados do sexo masculino; o 2º era destinado ao escritório; nos 3º e 4º estavam a sala de visitas e os quartos de dormir; o 5º era ocupado pela sala de jantar e no 6º a cozinha. (CAVALCANTI, 1977, p. 66).

3 O BAIRRO DO RECIFE NOS PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX

Apesar das intervenções holandesas no século XVII, o bairro do Recife chegou ao século XX com uma morfologia urbana e edificações tipicamente coloniais (AS-SUNÇÃO e DANTAS, 2018; LUBAMBO, 1991; NEVES, 2018). Os terrenos eram estreitos, os sobrados comprimiam-se um ao outro, as ruas eram apertadas e pequenas, e eram abundantes os becos e vielas. Moreira (1992, p. 185) vai definir o quadro do bairro do Recife como sinistro, podendo ser caracterizado pela “insalubridade, epidemias, insegurança, deficiência dos serviços públicos”.

Nos centros urbanos, as populações vindas do interior do Estado adensavam-se. No bairro do Recife, os cortiços multiplicavam-se, assim como os mocambos e as chamadas casas-de-cômodos. Os espaços eram minúsculos e eram compartilhados por várias famílias, com seus costumes “animalescos” e seus “maus hábitos”, pelo menos assim eram vistos pelas classes mais abastadas.

[...] os hábitos tidos como animalescos, atrelados a classe pobre, tinha o desprezo das elites que não almejavam dividir as mesmas praças, os mesmos bancos, os mesmos espaços. Por conta da ausência de políticas públicas que fossem capazes de produzir uma inserção da população pobre que habitava a capital pernambucana, era comum que vendedores ambulantes, prostitutas, e menores abandonados estivessem em situação de vulnerabilidade, ocasionando problemas que iam de epidemias a problemas com a polícia. O centro do Recife, no final do século XIX e início do XX, foi o “abrigo” dessa população [...]. (NEVES, 2018, p. 51).

Desde meados do século XIX, com a abertura dos portos ao capital estrangeiro, falava-se em um plano nacional de modernização dos portos e ferrovias (LUBAMBO, 1991). A elite econômica viu aí a oportunidade para uma reformulação de todo o bairro portuário. Era preciso tornar o Recife uma cidade moderna com avenidas largas e ruas alinhadas, parques e praças arborizados, e casarões modernos (NEVES, 2018). Os pobres deveriam ser expulsos do centro para que a elite voltasse a ocupar o antigo Bairro do Porto.

O passado era visto como insalubre e promovedor de promiscuidade, “[...] o anti-go era símbolo de atraso e sujeira, observam-se outras representações e sensibilidades sobre elementos da cidade colonial, apresentadas em fontes diversas, que buscavam a definição de uma tradição” (ASSUNÇÃO; DANTAS, 2018, p. 389). A cidade deveria ser transformada, era preciso construir uma nova imagem, pautando-se no exemplo da Capital Federal, que, por sua vez, inspirou-se em Paris.

Além dos problemas sociais, a morfologia das ruas era um obstáculo para o acesso ao Porto e às ferrovias. Lubambo (1991, p. 20) vai dizer que “era evidente o anacronismo da velha estrutura urbana, diante da demanda dos novos tempos”. A estrutura viária do bairro possuía a mesma lógica do período colonial, e já não conseguia atender a demanda urbana.

Nesse mesmo período, Moreira (1992) registra que foi realizado, no Recife, o I Congresso Médico de Pernambuco, tendo sido promovido pelo médico Octávio de Freitas. Além de profissionais da saúde, juntaram-se ao congresso até mesmo advogados. A cidade do Recife vinha sendo continuamente acometida por epidemias que dizimaram considerável parcela da população. Houve surtos de varíola, febre amarela e cólera. Ao término, o Congresso Médico responsabilizou a população pobre pelos problemas de saúde que vitimizavam a cidade.

Além de comunicações técnicas de domínio exclusivo da medicina, foram apresentadas outras que tratavam da questão da casa salubre, do alojamento do operário, do tratamento do louco, do criminoso e de locais adequados para estes, do alcoolismo como degenerador do homem, do casamento entre molestiosos. [...] Os loucos, os bêbados, os vagabundos, os mendigos, os supersticiosos não escapam ao poder que visa excluir da vida urbana todos os indivíduos que não se associavam à imagem de uma cidade moderna (MOREIRA, 1992, p. 195-196)

Continuando a ser de difícil solução o problema das habitações operárias e não podendo, em bem da salubridade pública, permanecer por mais tempo os mocambos actualmente existentes na Capital e nos subúrbios. Sem que se evite a promiscuidade, a falta de ar, as aglomerações nocivas nas habitações, não poderemos combater a mortalidade infantil e a tuberculose. A h-ygiene das casas populares, o seu typo, o espaço, o ar respirável são condições imprescindíveis para a solução do grande problema. (CHERMONT, 1909, p. 601 apud NEVES, 2018 p. 52).

Tamanha era a sanha higienista da elite que o médico Dr. Oscar Coutinho defendeu, chamando de medida profilática, a proibição do casamento sem consentimento médico de homens que tivessem contraído doenças graves ou transmissíveis, como o câncer, a tuberculose e a sífilis (MOREIRA, 1992).

4 A REFORMA URBANA COM VIÉS HIGIENISTA

Para pôr fim a esses problemas, o então governador Herculano Bandeira de Melo contratou o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito. A partir de 1910 ele passou a chefiar a Comissão de Saneamento, responsável pelo processo de modernização e higienização da cidade (ARRUDA; SÁ CARNEIRO, 2006).

De acordo com Arruda e Sá Carneiro (2006), Saturnino não se limitou à necessidade de saneamento. Ele costumava enxergar a cidade como um todo e então propor Planos Gerais e Planos de Conjunto. O engenheiro trabalhava sob o “[...] trinômio: higiene, circulação e embelezamento” (BURGER, 2008, p. 124), e defendia a valorização da natureza. “O traçado, a vegetação e principalmente a água estruturada por canais, foram o fio condutor das intervenções desse engenheiro que combinava as técnicas sanitária, estéticas e também paisagísticas” (ARRUDA; SÁ CARNEIRO, 2006, p. 112).

Entre 1909 e 1915, o processo de modernização se deu através de três planos complementares e paralelos: a Reforma Urbana do Bairro do Recife (1909-1912), o Plano de Saneamento do Recife (1909-1915) e o reaparelhamento e modernização do Porto (1909-1926). Essas reformas significam mais atender às demandas por modernização em função da adoção de novos valores culturais e simbólicos e dos interesses das elites, do que a solução para os problemas. (ARRUDA; SÁ CARNEIRO, 2006, p. 117-118).

Não só o que era público, como as ruas, mas também a vida privada, as casas e o comportamento social passaram a ser alvo das investidas higienistas. Deu-se início a um processo de aterramento de pântanos e áreas alagadas, esgotamento sanitário, alargamento de ruas e avenidas, e nas casas, outrora fechadas, passaram a abrir janelas que permitissem melhorar a iluminação e a ventilação (NEVES, 2018).

Os cortiços, mocambos e demais moradias das classes populares, bem como seus moradores, representavam entraves ao progresso e à modernidade desejada, pois estavam localizados nos espaços que as elites queriam embelezar e higienizar, ou seja, tornar moderna a área central da cidade, que seria a “sala de estar” daqueles que viessem visitar a capital recifense. (NEVES, 2018, p. 56).

Entretanto, não somente as moradias dos pobres – os mocambos e os cortiços – foram atacados pela sede modernizadora. Muito mais do que limpar, higienizar, o desejo era de modernizar nos moldes das reformas realizadas na Europa. A estética era primordial e um dos objetivos a serem alcançados.

Tais intervenções se pautavam pelo alargamento e criação de grandes avenidas (constantemente implicando em grandes demolições), pela criação de parques e jardins, pela construção e reforma de edifícios públicos (com fachadas uniformemente neoclássicas e ecléticas). (MOREIRA, 1992, p. 186).

No processo de modernização e reaparelhamento do Porto, foram realizadas drásticas intervenções na materialidade do núcleo que deu origem à cidade, que acabou borrando, ou até mesmo apagando, a imagem da cidade do passado. (ASSUNÇÃO; DANTAS, 2018).

A Reforma Urbana consistiu em uma ampla demolição do tecido urbano colonial original para dar lugar a duas largas avenidas (Marquês de Olinda e Rio Branco), de caráter haussmaniano, que confluem para uma imponente praça, que persegue a forma dos boulevards e, que, desta forma, passaram a possibilitar o acesso direto e rápido do porto ao resto da cidade. (MOREIRA, 1992, p. 187).

As elites desejavam uma nova imagem para a cidade. Era impossível modernizar mantendo o aspecto do passado colonial. “Ora, como manter as qualidades do ar em uma cidade, fazer com que ele seja sadio, se ele existe como que bloqueado, impedido de circular, entre os muros, as casas e os recintos etc.?” (FOUCAULT, 1990 apud MOREIRA, 1992, p. 90). Logo,

[...] a concepção da Reforma Urbana para o Bairro do Recife “evoluiu” da simples conveniência em se abrir a Avenida do Cais, para uma “justificada” necessidade de se reconstruir uma parcela da cidade. [...] Destas decisões, contudo, o que se “ganhou” foram três grandes avenidas e várias ruas transversais alargadas. Em contrapartida, lamentavelmente, foi tirada parte significativa das construções e arruamentos do Bairro, entre os quais a Igreja do Corpo Santo e o Arco da Conceição. Todos demolidos! (LUBAMBO, 1992, p. 102; 104).

5 O ARRASAMENTO DA IGREJA MATRIZ DO CORPO SANTO

Devido a ligação com o mar, tão logo passou-se a residir no istmo onde estava localizado o ancoradouro natural, ergueu-se uma ermida dedicada a São Frei Pedro Gonçalves, protetor dos navegantes. Cavalcanti (1977), em seu *Recife do Corpo Santo*, vai dizer que era a ermida a construção mais importante que existia junto ao porto em meados do século XVI. No ano de 1587, Gabriel Soares de Sousa, em seu Tratado Descritivo do Brasil, já relatará a sua existência (CAVALCANTI, 1977).

O bairro vive e sempre viveu sob o padroado de Santelmo, Corpo Santo ou São Frei Pedro Gonçalves. [...] Dizem os mareantes que, nas noites de tempestade, quando um barco está em perigo, e o santo é invocado, aparece, sobre os mastros, um fogo azul, como um facho etéreo que se torna um manto protetor acalmando a procela, trazendo aos embarcados paz e segurança. É “Elena”. É o Corpo Santo velando e cuidando da salvação da marinhagem. Por essa razão os argonautas do século XVI, que vinham para os “Arrecifes dos Navios”, ou nele tinham base, ergueram, na ponta sudeste da península uma capelinha ou ermida, sob a invocação de Santelmo, que depois cresceu e virou matriz, mas foi criminosamente destruída pelos “urbanistas”, que não conhecem Moral e Cívica, que não tem sensibilidade artística nem cultura histórica e, sobretudo, não possuem imaginação para os problemas viários e finalmente, aptidão profissional (CAVALCANTI, 1977, p. 67).

Foram desapropriados para demolição 480 imóveis. Entretanto, esse número foi maior, uma vez que os imóveis apontados como insalubres, perigosos e ruinosos não receberam indenização nem entraram no censo (LUBAMBO, 1991).

Entre as vítimas da ação modernizadora que arrasou o bairro, o próprio Corpo Santo. Foi preciso demoli-lo para dar lugar a uma larga avenida, a Marquês de Olinda, que deveria facilitar o acesso do automóvel ao porto e ao antigo bairro. Era um sacrifício a ser feito para que pudesse ser construída a cidade moderna (SATO, 2005 apud ASSUNÇÃO; DANTAS, 2018).

[...] as modificações urbanas que ocorreram em Recife estavam atreladas não apenas a um ideal de beleza arquitetônica ligada à Belle Époque e às mudanças que ocorreram na Europa. As elites locais, além do desejo de rompimento com um passado que estava relacionado ao Império e ao escravismo, viam a necessidade de pôr a sua região na rota da modernidade, do belo. (NEVES, 2018, p. 57).

Cavalcanti (1977, p. 67), indignado com a demolição de tão importante templo, chamou a ação dos urbanistas de “ato de vandalismo” e lamentou a anuência da então Diocese de Olinda, acusando-a de, por vergonha por sua omissão, de ter propositalmente esquecido “o original culto e nem sequer pensou em aproveitá-lo noutra lugar, ficando no esquecimento a poética devoção ao ‘santo fogo azul’ dos marinheiros”.

Na verdade, foi um arrasamento com desaparecimento de ruas e praças inteiras. Isto, no entanto, facilitaria o trabalho para a salvação daqueles monumentos, se os “urbanistas” sentissem

o valor artístico e decorativo dos Arcos e da igreja de Santelmo, poupando-os da devastação inglória. Foram advertidos – mas não ligaram – de que a posteridade, embora reconhecendo a necessidade imperiosa da transformação, continuaria lamentando e criticando, como um eco através dos tempos [...]. (CAVALCANTI, 1977, p. 68).

6 CONCLUSÃO

Passados quase 100 anos desde que aconteceram as reformas de remodelamento do bairro do Recife, nos anos 2000, comemorando os 500 anos da chegada portuguesa ao Brasil, construíram, nos arrecifes, um parque de esculturas. Quem chega à praça do Marco Zero, de imediato contempla à sua frente o monumento nomeado de “Torre de Cristal”, de Francisco Brennand.

Para quem conhece a história do bairro, o parque pode ser encarado como uma triste ironia: outrora, desejou-se apagar a memória e a herança portuguesa; 100 anos depois, ela era motivo de orgulho e um fato a ser comemorado. Entre o discurso passado e o presente, o triste acontecimento: a destruição de importantes monumentos para apagar o passado e dar vez ao progresso, a completa modificação da estrutura urbana para a construção de largas e contínuas avenidas. No meio do caminho da modernidade tinha uma pedra, e ela se chamava Corpo Santo.

Entretanto, o bairro do Recife ainda vive. Todos os dias recebe turistas que passem por suas ruas de pedras a contemplar os casebres, os palácios e a Madre de Deus. Ali ainda se conta uma história, ali ainda se faz lembrar o passado, ali a memória de um Brasil Colonial, mesmo que timidamente, ainda está presente. Mas a história não é autêntica, ela foi rasurada. O bairro do Recife vem de antes de seus palácios neoclássicos, típicos da *Art Nouveau*. Ele vem de Duarte Coelho, ele data dos primórdios da Vila de Olinda, de seu surgimento na primeira metade do século XVI. Mas, hoje, muito pouco o Recife “fala” sobre esse passado.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Juliana Bandeira de; SÁ CARNEIRO, Ana Rita. A estética urbana no projeto de Saturnino de Brito (1887-1929). **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 22, p. 110-121. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/90608>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ASSUNCAO, Gabriela Lira; DANTAS, George Alexandre Ferreira. Demolições, debates e tentativas de preservação: aproximações a partir dos casos de Salvador e Recife (1910-1930). **Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 387-399, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/BY8Pb4Yvm4P6FvgDmFqpKFD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BURGER, Juliana Bandeira de Arruda. **A Paisagem nos planos de saneamento de Saturnino de Brito: entre Santos e Recife (1905 – 1917)**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/3124>. Acesso em: 23 mar. 2022.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Recife do Corpo Santo**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1977. 326 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. **Bairro do Recife entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

MENEZES, José Luiz Mota. **A ocupação do Recife numa perspectiva histórica**. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24919#:~:text=Atrav%C3%A9s%20de%20mapas%2C%20levantamento%20da,hist%C3%B3ricos%20dos%20destinos%20dessa%20ocupa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MOREIRA, Fernando Diniz. Higienismo enquanto prática urbanística: o exemplo do Recife no início do século. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v. 8, n. 2, p. 185-205, jul./dez. 1992. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1118>. Acesso em: 7 abr. 2022.

NEVES, Marcos Alessandro. Higienismo e ações de remodelamento urbano no Recife (1900-1929). **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 31, n. 48, p. 50-59. jun. 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/4052>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SILVA, Maria Angélica da (org.). **O olhar holandês e o novo mundo**. Maceió: EDUFAL, 2011. 301 p.

Data do recebimento: 19 de setembro de 2022

Data da avaliação: 14 de outubro de 2022

Data de aceite: 14 de outubro de 2022

1 Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.

E-mail: nicodemose@outlook.com

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL. E-mail: jesanabpereira@gmail.com